

EMENDA Nº x

O artigo 9º da Medida Provisória nº 806, de 30 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Nos termos do art. 2º da Lei nº 11.312, de 2006, os rendimentos e os ganhos auferidos pelos fundos de investimento em participações não qualificados como entidades de investimento que não tenham sido distribuídos aos cotistas até 2 de janeiro de 2018 ficam sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de quinze por cento e serão considerados pagos ou creditados aos seus cotistas em 2 de janeiro de 2018.

§ 1º O imposto de que trata o caput será provisionado em 2 de janeiro de 2018 e recolhido, parcial ou integralmente, tão logo seja possível a realização financeira dos ativos do fundo que gere a efetiva disponibilidade de caixa, sendo que o fundo não poderá realizar quaisquer distribuições ou repasses de recursos aos cotistas até a quitação integral do imposto devido.

§2º Para fins do disposto neste artigo, o administrador do fundo de investimento, na data de retenção do imposto, reduzirá a quantidade de cotas de cada contribuinte em valor correspondente ao do imposto apurado nas datas em que houver a efetiva disponibilização financeira de que tratam o caput e o §1º.

JUSTIFICATIVA

Considerando o perfil do investimento e a falta de liquidez relacionada a este produto, é necessário ajustar o texto para que sejam provisionados os valores de tributo apurados até 31/12/2017, sendo que o efetivo pagamento destes tributos será realizado tão logo

haja caixa disponível no fundo. Isto porque estes fundos são compostos por investimentos em empresas fechadas que não possuem liquidez, e, portanto, não poderão ser vendidas até 02/01/2018. Desta forma, propomos que os cotistas não possam retirar nenhum valor do fundo antes que seja pago o valor integral do imposto devido.

RENATA ABREU
Deputada Federal
PODEMOS/SP



CD/17427.77446-03